

DESAFIOS AO DIREITO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL: estruturas, organizações e práticas no sistema de ensino básico público

Sérgio Henrique de Lima Soares¹

Clara Paiva Nascimento²

Maria Bernadete Reis Maia³

RESUMO

O presente artigo, organizado a partir de uma pesquisa bibliográfica, apresenta o debate sobre as gestões e práticas pedagógicas, a qual preconiza uma educação acessível a diversidade escolar, contando com o objetivo de analisar os desafios de adotar um plano de ensino que englobe a diversidade e o ensino democrático. Apresenta, como objetivos específicos, entender a participação de todos os agentes que compõem a instituição Escola, além de evidenciar a importância desses agentes para consolidação de ações sociopolíticas com a perspectiva de uma educação inclusiva. Sua estrutura, parte do entendimento sócio-histórico do ensino básico público, além de demonstrar as práticas pedagógicas de inclusão, e evidenciar sua importância.

Palavras-chave: Educação, Inclusão, Universalização, Democratização.

INTRODUÇÃO

A realidade nacional do ensino público básico, atualmente conta em suas diretrizes, com os conceitos de universalização e democratização do direito a educação como consta no artigo 4º da LDB (*Lei 9.394/1996*). Todavia, a existência desses conceitos dentro das estruturas que compõem o ensino público, não condiz com a realidade ou as práticas instruídas nas instituições. Ao contrário do que se propõe, as instituições de ensino promovem uma educação que está longe de ser democrática ou acessível para todos. Infelizmente, a educação vem sendo planejada para atender um perfil genérico e longe das diversidades presentes nas salas de aula.

Este trabalho, tem como objetivo analisar os possíveis desafios em estabelecer um espaço escolar democrático, a partir de um plano que introduza oriente a inclusão dentro das instituições de ensino. Assim como, as pluralidades que os alunos estão inseridos, discutindo a trajetória do ensino que pode atender esses sujeitos, afim de promover a democratização e universalização do ensino.

Ademais, conta com objetivos específicos que se tratam da identificação de possíveis déficits no conjunto de uma educação inclusiva, que compõe o professor, aluno e escola. E por

¹Graduando pelo Curso de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Pará - UEPA, sergio.soares567890@gmail.com;

²Graduanda pelo Curso de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Pará - UEPA, clarapaiva229@gmail.com;

³Professor orientador: Pós-doutorado em Socioeconomia e Sustentabilidade pelo Instituto Tecnológico Vale - ITV, mbrmaia@hotmail.com.

consequente, também demonstrar a importância sociopolítica da promoção de uma educação inclusiva para os alunos. Assim, se obtiveram os resultados mediante a elaboração de uma pesquisa bibliográfica, estruturada a partir de leituras e reflexões de artigos, periódicos e e-books, de autores como: Hélia Maria Matos Santos (2014), Natália Neves Macedo Deimling, Saulo Fantato Moscardini (2012), Célia Maria David (2015) dentre outros autores.

METODOLOGIA

Na realização deste trabalho, foi construída uma pesquisa bibliográfica, que tem o propósito de reunir informações que dão base a esta produção, constituído por meios de referenciais fornecidos pelas plataformas Scielo e CAPES, entre outras. A pesquisa se desenvolveu a partir de várias etapas, envolvendo a realidade escolar, os processos de inclusão, as possíveis práticas que poderiam ser aplicadas em sala de aula, assim como a importância do direito a inclusão.

Segundo Gil (1987, p. 45) “a pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Dessa maneira, o pesquisador tem acesso ao que já foi produzido e permitido a ele desenvolver ou ampliar suas percepções sobre sua temática. Assim, como também pode vir a contribuir ou reformular o que já está produzido, mudando ou transformando conjunturas pré-estabelecidas. Além disso, Lakatos (2007, p. 183) acrescenta que “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Assim, fugindo da estagnação do conteúdo, é possível diversificar olhares e trabalhar as particularidades.

Estes fatos viabilizam a construção do artigo a fim de observar os desafios presentes dentro na normativa educacional. Mas, para além das deficiências, esse trabalho aborda caminhos e oportunidade que podem mudar esta realidade, e a partir disso, novas realidade sociais podem começar a ser ouvidas e desenvolvidas.

DESENVOLVIMENTO

A motivação por trás deste trabalho expressou-se a partir dos relatos oriundos da XIV Semana Acadêmica Estudantil, realizada na Universidade Estadual do Pará, no campus universitário de Igarapé-Açu/Pa. Através das reflexões apresentadas durante o evento, foi possível pensar um estudo bibliográfico, ao qual se pensasse as práticas e gestões adotadas pelos professores e gestões públicas, para o acesso da diversidade no ensino de base. Assim, sobre o deslumbre do processo de universalização do ensino, a pesquisa assume o papel significativo para análise contextual da realidade educacional de ensino e suas estruturas de inclusão, para os alunos fora da normativa genérica.

A necessidade da realização do estudo veio acompanhado da interpretação da realidade nacional da rede pública de ensino, a qual afirma que o ensino é gratuito e para todos. Porém, a realidade da qualidade ou da existência de um ensino plural e universalizado não condiz com as afirmações estabelecidas pela instituição. O fato é: a realidade do sistema público de ensino de base, está longe de atender a todos ou uma maioria.

SISTEMA DE ENSINO PÚBLICO BÁSICO E SUAS CONTEXTUALIZAÇÕES

O sistema público de ensino básico, em sua origem, já contava com uma parcela pequena e seleta de estudantes que poderiam estar usufruindo de seus benefícios, sendo estes, os filhos privilegiados das elites locais. Deste modo, em seu momento inicial, já estabelecia a circunstância da segregação, pois longe da realidade atual, a educação pública em meados da década de 50, eram para os que tinham poder aquisitivo para estudar. Por outro lado, sobrando para aqueles que não tinham este privilégio, apenas o direito ao trabalho e a imobilidade social. (SANTOS, 2014)

A recorrência destes acontecimentos, dentro da historicidade da rede pública de educação, mostra sua dificuldade de transmitir uma educação que alcance uma pluralidade maior de alunos ou que saiba lidar com estes. Pois, a partir da iniciativa do movimento escola nova na década de 30 do século vinte, e posteriormente sua popularização, ocorre o início do processo de universalização do ensino, acompanhada do processo de evasão dos filhos das elites. Assim, como a construção de suas escolas privadas, dando início ao processo de diferenciação de ensino público e privado.

Infelizmente, a saída da elite do ensino público levou consigo o rendimento ou processo de controle de qualidade do ensino, o que em si já demonstra uma previa da educação atual. Deste modo, a escola, enquanto instituição do estado, também pode acentuar as diferenciações de classes, isto quando, deixa ou não promove uma educação que se iguale ao setor privado.

Segundo (OLIVEIRA, et al. 2008) a realização do processo de ampliação da educação pública ou a universalização, tem que ser acompanhada do processo de qualidade de ensino. Para que assim, torne possível a transição de uma etapa a outra, no que diz respeito a ensino de base e superior.

Além do que, a estrutura de uma intuição que promova as condições para universalização do ensino, é crucial sua parceria com corpo docente, tendo ele papel tão significativo dentro deste processo. Ademais, em meio ao processo duro que as intuições públicas sofrem para formar seus alunos, a figura do professor não deve contribuir para a dificuldade desse artifício, não cabendo a ele promover atos de segregação interna entre alunos que deslumbra potencial, ou não.

Sendo assim, ainda tendo a perspectiva das ideias do autor acima, este fenômeno, se não corrigido, pode levar ao aumento do abandono escolar e elevar as diferenciações entre classes. Então, para começar a pensar em inclusão nas salas de aulas e as mudanças escolares, o primeiro passo é negar o processo de seletividade entre os alunos. Trazendo os esforços, para o entendimento sociocultural de cada indivíduo e como isso pode estar influenciando em seu desempenho. Este ato além de trazer significantes transformações para educação, torna possível a ampliação do entendimento de particulares étnicas, sexuais, de gênero e de classe. E assim, entende, que o aluno está longe de ser um padrão genérico de indivíduo.

Foi pensado nisso, que na Conferência Nacional de Educação – CONAE de 2010, junto ao Plano Nacional de Educação (PNE), promoveu um plano que fosse voltado a diversidade em sala de aula. Tendo assim, a instituição escolar que se moldar ao aluno, e não a inversão disto, como é perpetuado a décadas. Pois, o desenvolvimento de um plano de educação pautado em empatia social, refere-se ao processo de avanço na educação e aceitação do que é diverso. Como confirma (LAPLANE; PRIETO, 2010) quando menciona que:

Apesar da indiscutível relevância social desse eixo, não é possível deixar de registrar a exorbitância de temas nele reunidos, pois neste se somaram: “Relações étnico-raciais”; “Educação especial”; “Educação do campo”; “Educação indígena”; “Educação ambiental”, “Gênero e diversidade sexual”, “Crianças, adolescentes e jovens em situação de risco”, “Formação cidadã e profissional” e “Educação de jovens e adultos.” (LAPLANE; PRIETO, 2010, p. 920, Grifo do autor).

A educação de base deve, em si, promover o diálogo com a diversidade, principalmente sendo ela o início de uma trajetória dentro da educação. Então, consiste nela o poder significativo para mudar as estruturas hegemônicas presente dentro do ensino público. Desta maneira, a partir do momento, ao qual, a instituição consegue entender seu aluno, ela terá possibilidade de

promover uma educação que poderá dar a ele, mobilidade social. E assim, ele também pode tornar possível para seu próximo.

Todavia, a atual conjuntura do sistema de ensino básico, não é surpresa para maioria, por sua ineficiência em construir novos cidadãos. A resposta para isso, repousa sobre processo histórico de vulnerabilidade desta instituição, que vem deixando de atender sua grande demanda de alunos. Com isso, a educação pública brasileira, necessita-se de significativas transformações advindo do poder público, para conseguir sua eficiência institucional. Tendo como resultado, ser capaz de desenvolver alunos qualificados o suficiente para auxílio deste processo.

Segundo (Deimling; Moscardini, 2012) é preciso pensar em políticas públicas que tornem possível a inclusão e a reorganização da estrutura da escolar. Este processo, encaminha-se desde a estrutura básica do ensino, assim como processo de formação dos professores. Pois, à medida que o aluno tem o acesso à educação e tem consciência de sua realidade plural, em conjunto a isso, ele terá como arquitetar o projeto de um ensino universalizado, constituindo um tripé de eficiência, ligando o professor, aluno e a escola.

Para tanto, é justamente devido ao processo de ineficiência citado a cima, que não se consegue desenvolver os indivíduos capazes de mudar essa conjuntura, tirando da educação a possibilidades de mudanças. Esta realidade, dificulta o processo de ensino até mesmo para o aluno genérico. Então, como nessa realidade pode se pensar em inclusão e universalização do ensino? Bom, o primeiro ponto seria a mudança das estruturas do ensino, e conseqüentemente, o fornecimento dos subsídios suficientes para os professores poderem estabelecer uma educação de qualidade.

Sendo assim, a escolar precisa ser organizada para atender mais que o mínimo do processo de aprendizado, e a partir disso, terá o subsídio para construção de direitos sólidos para o processo de inclusão a diversidade. Em suas diretrizes, deve entender que toda criança, jovens e adultos tenham condições de aproveitar os processos de aprendizagem (UNICEF, 1990). Isto, legitima a possibilidade a uma educação que tem a oportunidade de se universal.

Neste sentido, quebra-se a singularidade de que o aluno não tem participação na forma que a educação é estruturada ou executada (SANTOS, 2014). O aluno deve estar presente dentro do planejamento ou execução, pois ele representa cada situação e particularidade dentro das escolas. Sendo assim, precisa ser ouvido e ele precisa dos subsídios necessários para reivindicar seus direitos. A normativa, unilateral da figura opressora do professor ou da escola,

tem que dar espaço ao âmbito de união e respeito entre as figuras que organizam e formam o cenário dos sistemas público de educação.

ESCOLA E PRÁTICAS DE DOCÊNCIA

A educação brasileira vivenciou vários momentos ao longo da história, iniciando-se como período colonial, onde era moldada para uma dominação cristã e uma visão essencialista do homem. As práticas eram adotadas de formas dogmáticas, eram contra qualquer pensamento críticos e inclusivo, e são essas ideias que são perpetuadas culturalmente. Além do que, o acesso era restrito a uma parcela da sociedade, na qual, o processo de exclusão se fortalecia e se difunde na educação, causando atrasos pertinentes. Ademais, pensando nesse modelo de práticas de ensino e da escola contemporânea abordadas anteriormente, são apresentados alguns resquícios negativos destes modelos, o que segundo (SANTOS, 2014):

É pertinente e necessário ampliar estudo e conhecimento com análise de concepções históricas a trajetória da educação pública brasileira ao processo de democratização do acesso dos/as alunos/as e a universalização que se discute para efetivar e atender a toda população em idade própria escolar, independente de condições social, étnica e cultural. (SANTOS, 2014, p. 01).

Nas últimas décadas, vem sendo debatidas as práticas de democratização da educação pública, destacando o remodelamento das instituições e indicando um novo modelo de gestão pública. Conseqüentemente, deve-se criar novas políticas gestacionais que atendam essa nova roupagem as quais estejam ligadas a diversidade de gênero, étnico- racial e cultura. Deste modo, permitindo uma participação social nas formulações das políticas públicas, assim como, na fiscalização das aplicações e permitindo educação para todos.

Além disso, os educadores são essenciais para que as mudanças possam acontecer de forma eficiente, para que assim, as medidas adotadas possam vir a acontecer, há exemplo: Segundo o ministério da educação, a LDB 10 .639/2003, que levou a alteração da Lei nº 9.394/1996, estabelece que as diretrizes e bases da educação nacional devem ser composta pelo currículo oficial do sistema de ensino, e ter a obrigatoriedade do tema “História e Cultura Afro-Brasileira”, como afirma Art. 26-A. Deste modo, a forma que o professor vai manusear o conteúdo pode alterar as percepções e legitima o processo de inclusão estabelecido por lei. No entanto, com a ausência de intervenções didáticas que abordam a temática afro-brasileira nas escolas, torna se ineficaz a iniciativa promovida pela LDB.

Desta maneira, abrindo o debate sobre a obrigatoriedade da temática em sala de aula, a consequência de ser uma medida obrigatória, transmite o entendimento que os educadores não estariam incluindo o conteúdo conforme estabelecido, valorizando ações pontuais em datas comemorativas. Subsequente a isto, cabe a análise de quais são as práticas contextualizadas nos ambientes escolares. Tais práticas devem conceituar que as particularidades da história e cultura afro-brasileira reside no dia-a-dia das sociedades, não meramente a uma única data marcada no calendário. Que ao invés de desmistificar a diversidade, a leva a um outro processo de invisibilidade velada.

Além do que, a forma que estes fatos estão sendo trabalhado, pressupõe a composição de uma perspectiva de políticas públicas designadas pelo governo, que passaram a receber uma ênfase na gestão de políticas que atenda aos novos temas educacionais. Por conseguinte, incorporando temáticas específicas, que se aliam a diversas estruturas de setores e realidades ligada a: vulnerabilidades sociais, a grupos historicamente prejudicados, como a questão de raça e gênero e a intenção de combater problemas econômicos e sociais.

A formação de profissionais capacitados que possam levar estes conteúdos para sala, são de suma importância. Pois, mediante a presença de um mal profissional, suas práticas dentro de sala de aula com os diferentes alunos, pode vir a legitimar a exclusão. Deste modo, reforça-se a necessidade de qualificar o corpo docente, a entender o que é a diversidade presente dentro de sua de aula. Assumindo o compromisso de desenvolver um ambiente onde todos os alunos possam vir a ter uma educação de qualidade.

A IMPORTÂNCIA DA LEGITIMIDADE DO DIREITO A INCLUSÃO

À medida que se entende que o sistema educacional não é algo singular, há a necessidade de evidenciar as pluralidades. O processo educacional que negligencia a promoção da universalização do ensino, resulta na esmagadora invisibilidade e fracasso do rendimento escolar, uma vez que não se permite o entendimento da particularidade do aluno, são acrescentados obstáculos a mais a um ensino tão desgastado. Propiciar subsídio, assim como a educação para os diversos alunos e suas realidades, torna possível aos alunos promover, em conjunto a escola, o processo de democratização da educação. A promoção de políticas públicas, é de fundamental importância para legitimação deste cenário. Todavia, a construção dessas políticas, deve ter em mente o aprimoramento da educação e o processo sólido de uma instituição que saiba o que é inclusão e saiba como receber seus alunos.

Tanto a instituição quanto o professor, deve estar apto a saber lidar com a pluralidade de alunos que possa vir a existir no sistema de educação. Mas para isso, ele deve saber, mais do que o básico para transmitir os processos de aprendizagem. E, a partir disso, terá suficiência para promover a inclusão dentro da sala de aula. O desenvolvendo das políticas públicas, deve ir além da mera legislação, deve conhecer os micros espaços de cada escola e como eles são organizados (DAVID, 2015). Desta forma, a instituição, professor e o aluno saberão o que é inclusão, e as políticas públicas saberão quem são cada um desses indivíduos, estreitando seus laços e os fortalecendo-se em prol de uma educação democratizada.

Todavia, a intolerância com a diversidade dentro das instituições de ensino, não devem ser toleradas, nem se forem como proposta do estado. A legitimação de um aluno genérico e apático, que só existe para propósito de controle, tem como consequência o extermínio de realidades socioculturais, pois, se não há como ter a mínima compreensão do que se trata, não haverá o respeito ou requisitos para que exista. E infelizmente, a mais forças pra perpetuar a forma genérica do aluno, do que democratizar a educação, pois segundo Oliveira et al. (2008):

Toda política pública ou iniciativa governamental de implementação de uma política social implica em mudanças no espaço de disposição dos atores sociais no campo de que trata o objeto de intervenção pública, causando rearranjos de acordo com a nova correlação de forças que pode, a partir daí, se construir. Assim, percebe-se que os atores sociais estão em luta constante por espaços e a efetivação de novas políticas apresenta-se como um momento de oportunidades de deslocamentos políticos no campo social (OLIVEIRA, et al. 2008, p. 07).

O fato destas questões existirem é o que provoca o incomodo de pensar uma realidade que não seja hegemônica ou privada. Isso estimula a parcela da sociedade, em sua maioria abastarda economicamente, a se articular e brigar pela conservação de um ambiente escolar singular, tendo como perspectiva a conservação de valores e ideias próprias. No entanto, o peso desse processo tem como consequência o transtorno de diversas realidades, ou até mesmo seus fins.

Então, configurar um espaço público para todos, está além de apenas ampliar o acesso ao local. Este ato, se seguido do controle de qualidade, pode ampliar as vivencias dos que ali se encontram. Dizendo, para cada criança, jovens ou adultos, que eles têm o direito de ser diferente, e assim, mostrando que o mundo é diferente, assim como, que todos têm o direito a ele. Deste modo, evidenciando que estes, não precisam suportar os processos sofridos de seus dia-a-dias calados, mas que eles podem ter o poder de transforma-lo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A discussão em torno da pesquisa bibliográfica, permitiu o entendimento das fragilidades encontradas historicamente nas instituições públicas de ensino básico. Esta oportunidade, evidenciou diretrizes cruciais para a compreensão da ineficiência institucional das escolas, as quais reverberam desde a própria organização escolar, assim como, da posição ou qualificação dos docentes em sala de aula. Conseqüentemente, estes fatos, estudados mediante artigos, periódicos e e-books, referente as plataformas CAPES e Scielo, evidenciaram a inviabilidade de uma educação democrática ou se quer universalizada, desconstituindo o acesso dos diversos perfis sociais presentes na vida social.

O estudo promovido pelas matérias selecionados mediante conceitos-chave, tais como: universalização do ensino, democratização da educação e acesso a diversidade escolar, foram conceitos pertinentes para entender as dificuldades de se estabelecer uma educação de qualidade para todos, mas da mesma forma, demarcou quais são os pontos principais para possíveis mudanças. A partir disso, ocorreu o processo de análise das conjunturas macros da realidade escolar, bem como o questionamento do que já havia sendo feito para mudar uma realidade caótica na educação.

Todavia, mesmo tendo as dificuldades em entender a trajetória das organizações das instituições de ensino, bem como seus resultados sociais, estes fatores nos encaminharam a possíveis medidas. Assim como já foi mencionado, a compreensão das falhas presentes nas organizações escolares, nos direciona a propor a correção dessas falhas, assim como renovação das estruturas do ensino. Se por um lado, a realidade atual tem a figura escolar atendendo um perfil genérico de estudante, ou o processo de ranqueamento promovido pelos professores com seus alunos, a mudança repousa justamente na correção dessas situações.

De modo que, assumindo esta realidade, se estabeleceria uma instituição associada ao corpo docente, bem como aos seus alunos, afim de entender cada indivíduo. Renovando as práticas pedagógicas, e atendendo cada estudante. Além disso, inserindo-o na construção de novas dinâmicas na tentativa de aprimorar o ensino. Esta realidade, permite de fato a execução de uma educação democrática e que promova mobilidade aos seus usuários, perpetuando a qualidade e ampliando as categorias de inclusão.

Contudo, ressalta-se a obtenção dos objetivos estabelecidos, tendo o entendimento não só das práticas adotadas pelo corpo docente, mas da própria organização que a escola usa para

atender e promover educação para seus alunos. A compreensão dos déficits presentes não apenas no contexto atual, mas durante a historicidade e construção do ensino público brasileiro, entendo como foi estabelecido e que tipo de educação promove.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referente trabalho buscou analisar as pluralidades do ensino, assim como acesso ao mesmo. A democratização, do mesmo modo que a universalização do ensino, deve ser entendida e aprimorada dentro das salas de aulas, permitindo a interação entre todos os setores presente dentro de uma instituição escolar. O entendimento de cada parcela de pessoas que compõem o ambiente escolar, além de auxiliar o processo de inclusão, o legitima.

A reformulação das práticas docentes, acompanhadas de uma reformulação na organização da estrutura escolar, não só cria a imagem de um ambiente escolar inclusivo, mas como o torna possível e concreto. As bases, das mudanças por mais difíceis de move-las, não são tão pesadas que não possam se reorganizadas, e justamente no fortalecimento da interação entre gestão, professor e aluno, que encontramos a força necessária para modificar a realidade escolar e sua concretização no processo de inclusão aos alunos.

Por conseguinte, ao findar da pesquisa, acompanhado de seus resultados e contribuições, enaltece-se a necessidade de ampliação de estudos capazes de intervir nas realidades escolares, afim de questionar suas falhas, e promover medidas ou soluções. Assim, se retorna a importância de uma educação de qualidade inclusiva em todos as etapas da educação, permitindo aos indivíduos, que contribuíam para as mudanças não apenas de suas realidades, mas de todos que lhes rodeia.

REFERÊNCIAS

DAVID, Célia Maria. Política educacional brasileira e sua dimensão social; verso e reverso. **DA EDUCAÇÃO**, p. 109, 2015.

DEIMLING, N. N. M.; MOSCARDINI, S. F. Inclusão escolar: política, marcos históricos, avanços e desafios. **Revista Eletrônica de Política e Gestão Educacional**, n. 12, p. 3-21, 2012.

Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça/GPP-GeP: módulo V/ Orgs. Maria Luiza Heilborn, Leila Araújo, Andréia Barreto. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, v. 5, n. 61, p. 16-17, 2002

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica. 5. reimp.** São Paulo: Atlas, p. 310, 2007.

LAPLANE, Adriana Lia Friszman; PRIETO, Rosângela Gavioli. Inclusão, diversidade e igualdade na CONAE 2010: perspectivas para o novo Plano Nacional de Educação. **educação & sociedade**, v. 31, n. 112, p. 919-938, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: Ministério dos Negócios da Educação e Saúde. 2007

OLIVEIRA, João Ferreira et al. Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil. **Educação Superior no Brasil 10 anos pós-LDB**, p. 71 citation_lastpage= 88, 2008.

SANTOS, Hélia Maria Matos. Democratização e universalização da escola pública: um direito de ter direito à diversidade. **Revista Ambivalências**, v. 2, n. 4, p. 165-188, 2014.

UNICEF et al. Declaração Mundial sobre Educação para todos. **Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Jomtiem, 1990.